

Prevenção primária do abuso sexual

Maria João Alvarez

(Psicóloga)

Em Portugal, a maioria dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual diz respeito ao crime de abuso sexual de menores (1), tendo havido 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de criança em 2022 (2). O agressor é frequentemente alguém da família da criança (pai, padrasto, outro familiar) ou uma pessoa conhecida da criança (3). As agressões cometidas por familiares e por quem tem responsabilidades educativas para com os menores são especialmente graves porque ao próprio abuso se acrescenta a destruição de outras funções afetivas e educativas. A prevenção do abuso sexual é uma intervenção protetora essencial não apenas para o evitar, mas para que, na circunstância do abuso ter ocorrido, a sua duração não seja prolongada no tempo, pois é uma das condições mais difíceis de suportar para a criança – que se sente especialmente culpada por não ter sabido evitá-lo - e torna a gravidade dos efeitos ainda maior (4). Deste modo, a intervenção universal que se destina à população das crianças em geral, sem que se tenha identificado um risco individual particular, é uma forma de reduzir a probabilidade de novos casos no conjunto de todas as crianças e de ajudar a que o abuso não se prolongue no tempo.

A prevenção tem como principais objetivos diminuir a vulnerabilidade das crianças perante as agressões sexuais e, no caso de as terem sofrido, ajudá-las a comunicarem os abusos e a receber ajuda. Mais concretamente, pretende-se ajudar a criança a reconhecer as situações de abuso, a sentir que a sociedade não aprova os comportamentos do agressor e a dar-lhe ferramentas para conseguir resistir às agressões

e pedir ajuda – também conhecido pelos três R da segurança: reconhecer, resistir e revelar (5). A prevenção deve ocorrer o mais cedo possível - desde a educação infantil, pois as vítimas mais frequentes têm entre 4 e 13 anos, devendo a intervenção ser sempre adaptada ao nível de desenvolvimento da criança - para que a criança saiba que tem direito à inviolabilidade do seu corpo; tenha conhecimento que as situações de abuso existem, que elas podem ocorrer com pessoas muito próximas dela; saiba distinguir abuso sexual de outro tipo de contacto físico; conheça os nomes correctos das partes do corpo para poder compreender de forma mais precisa as que são “privadas” e comunicar quando não forem respeitadas; conheça estratégias utilizadas pelos agressores como pedir para guardar um segredo que não faz ninguém feliz ou ameaçar seres ou coisas a que a criança tem afecto; e que pode contar e pedir ajuda a um adulto e insistir até que alguém a ouça e faça alguma coisa para terminar com a situação em que ela se encontra. Existem diversos programas de prevenção disponíveis, do pré-escolar ao 2º ciclo (6), alguns portugueses (7, 8, 9), - existência tanto mais importante quanto a consideração dos contextos socioculturais constituem uma boa prática (6) -, sendo a maioria de aplicação em contexto educacional. A escola é um local de excelência para o acesso a todas as crianças e uma instituição com recursos humanos, com a devida formação, qualificados para o fortalecimento destas competências preventivas nos menores.

Ainda que o conhecimento seja uma condição necessária, raramente é suficiente para levar uma pessoa a agir. Importa, por isso, enfatizar nestes programas o ensino de estratégias de comportamento às crianças, para que elas tenham ferramentas práticas para se poderem proteger, sem demissão, obviamente de todos os adultos que as rodeiam. A leitura de histórias, o visionamento de vídeos, atividades lúdicas, entre outras são metodologias ao serviço deste empoderamento das crianças, sendo necessárias várias sessões para reforço das aprendizagens (6). Devem realizar-se avaliações vários meses

após o término das intervenções para identificar a manutenção ou ganhos ao longo do tempo (10).

No entanto não basta intervir com as crianças, é necessário sensibilização e conhecimento por parte dos pais, professores e de toda a sociedade, incluindo políticas de prevenção destes crimes perpetrados em crianças. Isto é, os três R devem também ser desenvolvidos nos adultos no sentido de reconhecerem, responderem e reportarem os abusos sexuais de menores. Os adultos são elementos essenciais na prevenção ao estarem informados sobre o abuso sexual de menores, ao aprenderem a reconhecer situações de risco, ao serem capazes de criar um clima de confiança e de comunicação com a criança que facilite falar sobre o abuso e colaborar com as escolas apoiando os programas de prevenção de abusos sexuais. De pouco serve um programa de prevenção na escola se a criança não pode falar do tema na sua própria casa porque os pais não têm vontade ou se sentem desconfortáveis por falta de informação. Precisamos de escolas, encarregados da educação e outras instituições sociais colaborantes na prevenção do abuso para que seja possível proteger devidamente as nossas crianças.

Referências bibliográficas

- (1) RASI (2022). *Relatório anual de segurança interna*. MAI.
- (2) APAV (2022). Estatísticas APAV Relatório Anual.
- (3) APAV (2019). Manual CARE: Apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual (2ª ed.). APAV.
- (4) López, F. (1999). *La inocencia rota: Abusos sexuales a menores*. Oceano.
- (5) <https://www.earlyopenoften.org/talk-about-it/the-three-rs-of-safety/>
- (6) Lu, M., Barlow, J., Meinck, F., Walsh, K., & Wu, Y. (2023). School –based child sexual abuse interventions: A systematic review and meta-analysis. *Research on Social Work Practive*, 33(4), 390-412.
- (7) Alexandre, J., Agulhas, R., & Lopes, C. (2017). *Picos e Avelã à descoberta da floresta do tesouro: Prevenção primária do abuso sexual (3-6 anos)*. Ed. Ideias com História.
- (8) Agulhas, R., Figueiredo, N., & Alexandre, J. (2015). *Vamos prevenir! – As Aventuras do Búzio e da Coral: Jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças dos 6 aos 10 anos*. Ed. Sílabo.

(9) Alvarez, M.-J., Marques-Pinto, A., Miranda, G., Melo, R., Baptista, V., Duarte, B., Raimundo, R., & Marôco, J. (2010). Avaliação do Projecto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS): Estudo preliminar. *Psychologica*, 52, 231-252.

(10) Nation, M., Crusto, C., Wandersman, A., Kumpfer, K., Seybolt, D., Morrissey-Kane, E., & Davino, K. (2003). What works in prevention: Principles of effective prevention programs. *American Psychologist*, 58, 449-456